



POR UMA POLÍTICA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL

Introdução

Este texto é resultado das sugestões feitas pelos grupos que responderam ao questionário enviado pelo Grupo de Gays e Lésbicas do PT/SP. Foram incorporadas algumas propostas resultantes de discussões acumuladas pelo Movimento Gay e Lésbico Brasileiro.

Histórico / Diagnóstico

A organização dos homossexuais, em nível mundial, pela garantia de seus direitos individuais e sociais não é recente. Ela tem sua origem na resistência às perseguições e atrocidades ocorridas na fase prévia e durante a 2ª guerra mundial, período em que, na Alemanha, sob o nazismo, a intolerância à diferença é levada a limites extremos, com a condenação de homens e mulheres ao confinamento e eliminação nos campos de concentração em decorrência de sua orientação sexual. A urbanização acelerada verificada no pós-guerra, com grandes contingentes populacionais migrando para as grandes cidades em todo o mundo, conferiu aos homossexuais uma situação inusitada. Ao invés da multiplicidade de oportunidades, trabalho, realização pessoal, profissional... que o meio-urbano supostamente propicia, coube a liberdade de vivência da sociabilidade no confinamento dos **guetos** como modalidade do exercício da cidadania nas grandes metrópolis.

No Brasil, o movimento aconteceu na década de setenta, marcada pelo surgimento de outros grupos de esquerda com propostas de organização de setores discriminados. Entre eles estavam as mulheres, os negros e os homossexuais. A partir daí, o movimento gay e lésbico brasileiro vem se organizando e denunciando o preconceito e a discriminação. Na década seguinte, com o advento da AIDS, os homossexuais tiveram que lutar contra mais uma idéia preconceituosa e discriminatória que, até os dias de hoje, predomina na população: AIDS é uma doença de homossexuais. Com isso, os grupos se viram obrigados a mudar um pouco a linha de atuação. A sociedade trabalhava com a idéia de que a Síndrome da Imodeficiência Adquirida era uma "peste gay", ou seja, mais um estigma sobre tantos outros.

Hoje em dia, graças ao trabalho dos grupos

organizados, a idéia de que esta doença está restrita a grupos de risco não é mais aceita pela comunidade científica. Isto não quer dizer que a população esteja suficientemente esclarecida sobre os meios de transmissão da AIDS. A prova disso é uma recente pesquisa realizada pelo IBOPE, na qual é visto que 61% da população brasileira acredita que os homossexuais são responsáveis pela disseminação do HIV do mundo.

No que se refere à homossexualidade, o preconceito e a discriminação aumentam terrivelmente no campo profissional e no convívio social. A mesma pesquisa do IBOPE deixa bem claro o nível de discriminação da população quando mostra que 45% da população trocaria de médico ou dentista caso descobrisse que ele é gay. Isso significa perder praticamente metade dos clientes. Outros 36% deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa, mesmo que ele fosse o mais qualificado. Pessoas mudariam sua conduta com um colega se soubessem que ele é homossexual (56% — um em cada cinco se afastariam).

O preconceito em relação a AIDS só reforçou a discriminação já existente em relação a homossexualidade.

A maioria dos assassinatos de homossexuais são praticados com requintes de crueldade e o assassino fica impune, porque alega legítima defesa da honra. Em outros casos, quando se descobre que a vítima era homossexual, as investigações não vão à fundo e o caso termina esquecido. Num espaço de dez anos, foram assassinados 1.200 homossexuais. Desse total, 35% eram mulheres e 45% aconteceram em São Paulo.

Recentemente, um homossexual brasileiro conseguiu visto de permanência nos E.U.A., alegando correr risco de vida no Brasil por ser homossexual. Essa decisão de um juiz norte-americano foi respaldada por um dossiê apresentado pelo brasileiro, no qual deixa clara a maneira violenta como são tratados os homossexuais.

O Movimento Gay e Lésbico Brasileiro, em seu 7º Encontro Nacional, assumiu como bandeira de luta o combate à violência e à impunidade. No Brasil, atualmente, existem 48 grupos que tratam da questão da discriminação por orientação sexual.

Propostas

1. Modificação radical das leis, afim de que nelas conste o combate à discriminação por orientação sexual, considerando como crime qualquer atitude discriminatória neste sentido.
2. Criação de uma instância nacional de defesa dos direitos das minorias discriminadas onde gays e lésbicas tenham apoio jurídico adequado, com intuito de combater a discriminação por orientação sexual em casos como:
 - locação de imóveis;
 - mercado de trabalho;
 - atendimento na área de saúde;
 - propaganda abusiva (difusão de idéias preconceituosas);
 - difamação e injúria;
 - violência policial e civil;
 - Outros tipos de discriminação.
3. Garantir a participação de lideranças homossexuais nas comissões de direitos humanos em todos os níveis político-administrativos.
4. Inclusão no currículo dos cursos de formação de professores da disciplina "Educação Sexual", com o objetivo de trabalhar o respeito pela orientação sexual de cada indivíduo, fazendo com que o caráter heterossexista da sociedade brasileira seja constantemente questionado, modificando assim conceitos morais anti-homossexuais fortemente arraigados.
5. Fiscalização dos meios de comunicação de massa no sentido de evitar a propagação do preconceito contra gays e lésbicas.
6. Utilização desses meios de comunicação para o combate à discriminação por orientação sexual, garantindo espaço para que lideranças possam manifestar seu protesto e, também, informar a população sobre as propostas do movimento de combate ao preconceito.
7. Garantia dos direitos sociais de casais homossexuais no que diz respeito ao contrato de união civil, previdência social, herança e partilha de bens.
8. Direito à guarda dos filhos. Muitos juizes negam a guarda de crianças para homossexuais quando descobrem a orientação sexual dos mesmos.
9. Permitir o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas, sem que, para isso, sejam classificados de acordo com sua orientação sexual.
10. Treinamento junto aos profissionais da área de saúde no sentido de incorporar a visão não preconceituosa, evitando assim atitudes excludentes destes profissionais destes frente a um homossexual.
11. Aproveitamento de lideranças gays e lésbicas no Ministério da Saúde com intuito de definir políticas de combate às doenças sexualmente transmissíveis.
12. Empenho na apuração e punição dos responsáveis por atos de violência contra gays e lésbicas, impedindo que sejam beneficiados quando alegarem que praticaram o ato por "defesa da honra".
13. Impedir a ação de grupos de extermínio (neonazistas) de homossexuais, punindo os responsáveis.
14. Modificação das Leis Trabalhistas com objetivo de incluir a não discriminação por orientação sexual nos contratos de trabalho.
15. Respeito a organização e autonomia do Movimento Gay e Lésbico Brasileiro e às suas lutas.
16. Criação de programas especiais de combate à discriminação por orientação sexual que atuem em delegacias, postos de saúde, escolas e sindicatos.
17. Solidariedade e apoio na luta contra setores religiosos conservadores das igrejas que condenam a prática da homossexualidade, em especial as religiões judaico-cristãs.

Quem se beneficia com as propostas?

Os diretamente beneficiados, sem dúvida, são os homossexuais que terão garantidos seus direitos como cidadãos sem a preocupação de serem julgados ou classificados de acordo com sua orientação sexual.

A efetivação dessas propostas também servirá para elevar o nível de consciência da população e questionar valores pseudo-moralizadores, contrariando um modelo criado por setores que se beneficiam diretamente do preconceito e da discriminação.

Alguns setores do comércio serão beneficiados, pois podem dirigir sua área de atuação (coisa que já acontece hoje em dia, mas em caráter clandestino) para esse setor.

Quem perde com as propostas?

- Os políticos conservadores;
- As Igrejas de orientação judaico-cristãs;
- Profissionais que sempre tiveram uma postura preconceituosa em relação aos gays e lésbicas (perderão clientes);

Cronograma de Ação — 100 dias

Sendo criada uma instância em nível federal — Comissão Nacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas —, com a participação de lideranças homossexuais e vinculada diretamente ao Ministério da Justiça, o trabalho imediato acontecerá na modificação do código civil e penal, com objetivo de incluir a não discriminação por orientação sexual nos referidos códigos e, também, na apuração de assassinatos e atos de violência contra homossexuais que ainda não foram devidamente analisados pelos órgãos de justiça competentes e, também,

Outra tarefa imediata diz respeito a um projeto de lei onde conste a não discriminação por orientação sexual, considerando criminosa qualquer atitude que contrária à livre orientação sexual. Sendo a livre orientação sexual garantida por lei, o conjunto das propostas apresentadas anteriormente será efetivado. Todas as propostas apresentadas não são compreendidas com facilidade pela maioria da população e, tampouco, por parlamentares e profissionais dispostos, inclusive, a lutar junto com esse segmento discriminado. Por isso, é de fundamental importância que esses profissionais tenham consciência de que terão o apoio de todos os grupos gays e lésbicos do Brasil e, também, do exterior.

Justificativa

A violência da reiterada exclusão das oportunidades, com redução das opções de trabalho, moradia, acesso à saúde e delimitação da sociabilidade à convivência no gueto, se soma à ação do Estado. A omissão da justiça e dos órgãos de segurança quando acontecem crimes envolvendo homossexuais na condição de vítimas, colocam o movimento em luta pelo direito à livre orientação sexual e, portanto, pelo cumprimento dos direitos elementares de cidadania e direitos humanos.

É preciso que o Governo Lula defenda o direito de gays e lésbicas e se una aos grupos organizados no combate à discriminação e ao preconceito por orientação sexual.